



Fundo de Pensões Grupo BBVA (Portugal)

Fundo de Pensões Fechado

Relatório e Contas

31 de dezembro de 2022



Relatório de Gestão

Denominação	Fundo de Pensões Grupo BBVA (Portugal)
Tipo de fundo	Fundo de Pensões Fechado
Início de atividade	15 de janeiro de 1993
Sociedade gestora	BBVA Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
Banco depositário	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. – Sucursal em Portugal
Audidores	Deloitte & Associados, SROC S.A.

Enquadramento macroeconómico

O ano de 2022 acabou por ser um ano bastante mais complexo do que aquilo que inicialmente se antecipava, uma vez que, a guerra e a subida da inflação, acabaram por provocar uma forte deterioração das expectativas dos agentes económicos, agravadas também por uma rápida remoção de estímulos financeiros e de pronunciadas subidas de taxas de juro em termos globais.

Segundo o FMI o PIB global terá crescido 3,1%, mas com as economias desenvolvidas a registar uma desaceleração forte durante este ano, passando de 2,7% em 2022, para 1,2% em 2023.

Estas dinâmicas acabaram por ter um efeito extremamente negativo nos mercados financeiros globais, tanto em obrigações como em ações, onde em média ambos os mercados sofreram correções na ordem dos 16%. Esta situação acabou por ser singular, dada a incapacidade destas duas classes de ativos se terem conseguido descorrelacionar entre si. No entanto, apesar das grandes correções de mercado, as nossas soluções de investimento acabaram por apresentar desvalorizações muito menores, dado o posicionamento prudente da gestão ao longo do ano.

É de referir, que a partir de setembro, começámos a notar um abrandamento das dinâmicas da inflação, com a normalização das cadeias de abastecimento e a forte queda dos preços do gás natural. Por outro lado, as dinâmicas de abrandamento económico começaram a ser melhor enquadradas com o fim da política de Covid zero na China no final do ano.

Desde então, temos começado a ser mais construtivos no comportamento das diferentes classes de ativos, o que nos levou no final de ano a começar a incrementar a exposição em ambas as classes.

Estamos em crer que em 2023 o tema da desinflação vai ser mais importante que o tema da desaceleração económica. Neste sentido, antecipamos que em face do excesso de pessimismo, o ano de 2023 pode ter algumas surpresas positivas, em termos de crescimento económico, tanto na Europa como na China, com o próprio FMI a rever recentemente as expectativas de crescimento para estes dois blocos.

Reiteramos, a nossa visão construtiva que apesar da pandemia e da guerra, as tendências de investimento relacionadas com a sustentabilidade e a mobilidade vão acelerar, sendo que, a transição energética passou a ser uma prioridade nos países desenvolvidos. Do mesmo modo, o nosso posicionamento nas diferentes classes de ativos estará cada vez mais focado nos investimentos nas novas tendências seculares, onde a inovação e a tecnologia vão potenciar a alteração dos modelos de negócios vigentes, potenciando maiores ganhos de eficiência.

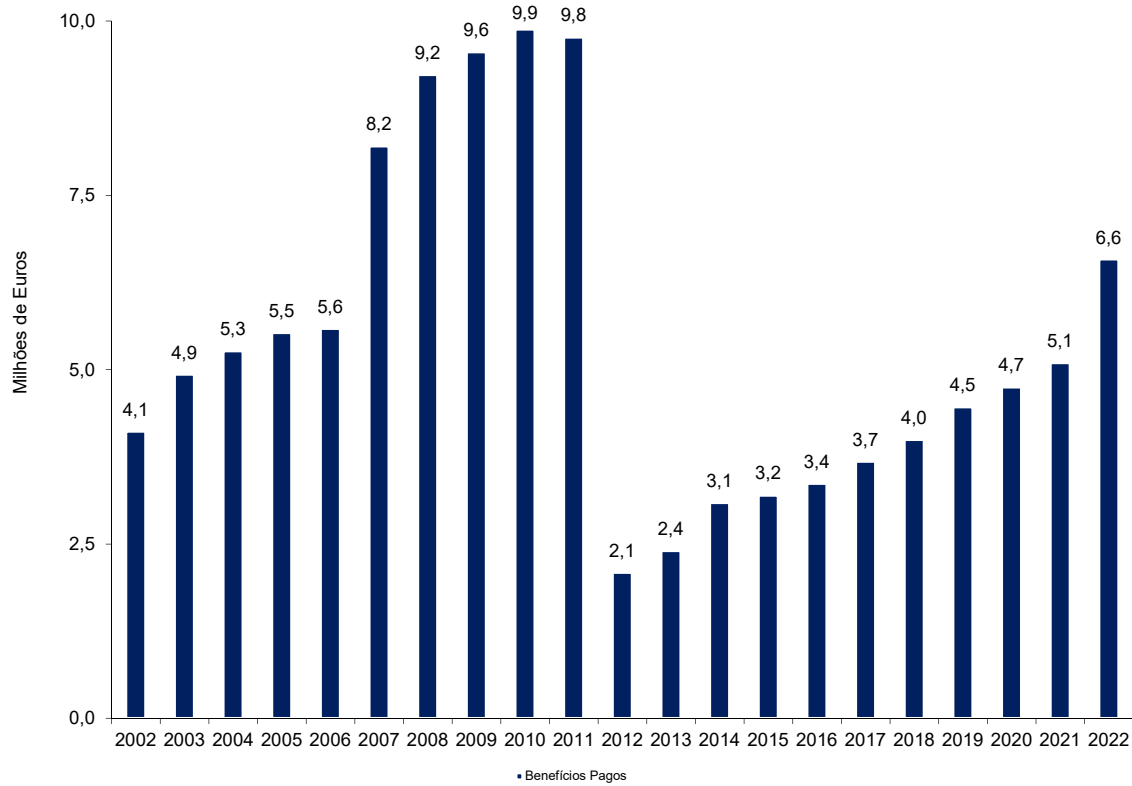
Evolução do Fundo

Valor da unidade de participação e património

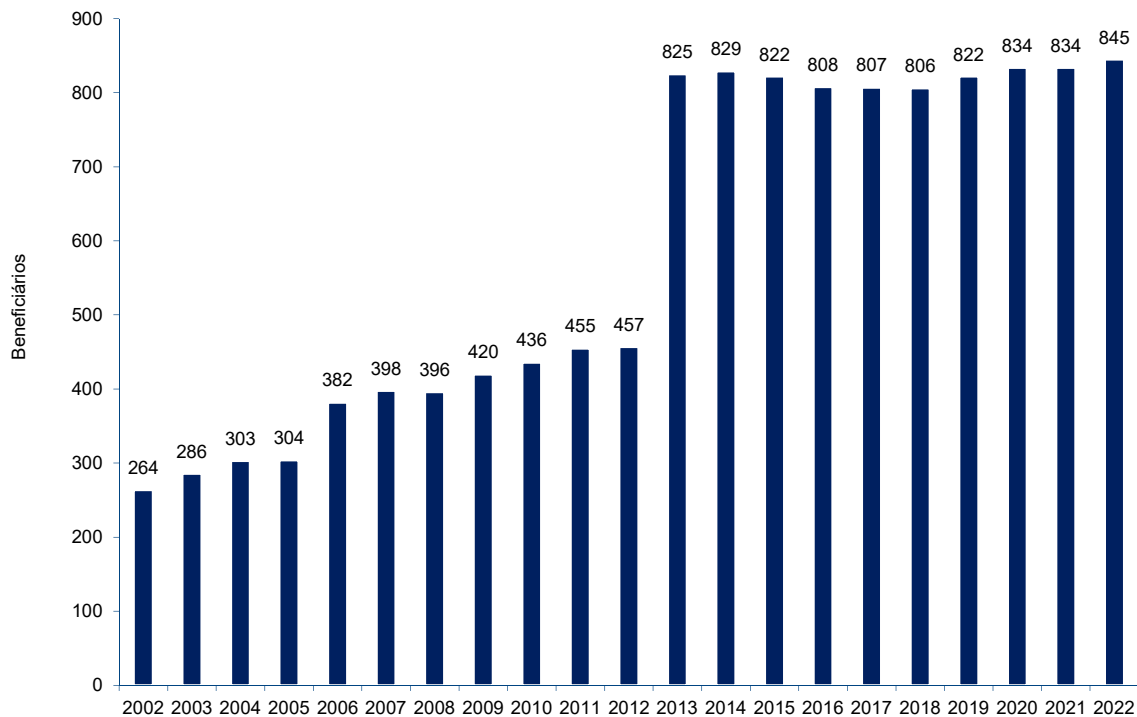


Evolução dos benefícios pagos

Benefícios pagos 2002-2022



Número de beneficiários 2002-2022



Responsabilidade com serviços passados (RSP)

Valor atual das responsabilidades passadas	179.380.755 Euros
Nível de cobertura das responsabilidades passadas	100%

Transparência da promoção das características ambientais ou sociais

Os investimentos subjacentes a este produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Política de investimento do Fundo – objetivos e princípios

Os ativos do Fundo serão investidos maioritariamente em mercados regulamentados. Entendem-se por mercados regulamentados os de Estado membro da União Europeia, os mercados análogos de países da OCDE, com funcionamento regular, reconhecidos e abertos ao público, bem como outros que sejam para o efeito reconhecidos pela ASF. A Sociedade Gestora mandatará a gestão do Fundo de acordo com os princípios estabelecidos no contrato de gestão em vigor. Efetuará igualmente as necessárias adaptações à atual política de investimentos do Fundo, zelando pela sua execução. A Sociedade Gestora recorrerá à BBVA Asset Management, SGIIC, SA como consultor de investimentos e mandatará a gestão naquela sociedade para a executar nos termos dos princípios constantes do contrato de gestão.

Na prossecução do objetivo do Fundo, o seu património será composto preferencialmente por obrigações de emitentes públicos e privados, de taxa fixa e indexada e instrumentos de mercado monetário sendo ainda utilizada uma parte do Fundo para investimento em ações e/ou produtos derivados cujo subjacente sejam ações. A cada momento, os investimentos do Fundo estarão suficientemente diversificados, de forma a evitar a exposição excessiva a um só emitente, a um emissor determinado ou a um grupo de empresas e as acumulações de riscos no conjunto da carteira, devendo cumprir igualmente a cada momento as restrições legais que a este respeito existam. O Fundo poderá investir em obrigações convertíveis que confiram o direito à subscrição de ações ou outros ativos que permitam, direta ou indiretamente a exposição ao mercado acionista, incluindo warrants ou participações em instituições de investimento coletivo cuja política de investimento seja maioritariamente constituída por ações. O Fundo poderá ainda investir em participações de instituições de investimento coletivo cuja política de aplicações seja constituída maioritariamente por obrigações bem como em obrigações hipotecárias. O Fundo poderá investir em unidades de participação de fundos de investimento imobiliário e em valores imobiliários como terrenos e edifícios. Poderão igualmente ser usados outros instrumentos como créditos decorrentes de empréstimos hipotecários ou ações de sociedades imobiliárias, sendo considerados estes de forma conjunta para efeitos de determinação do nível de exposição a este tipo de ativos, se aplicável. O Fundo recorrerá à utilização de instrumentos financeiros derivados quer para fins de cobertura de risco quer para objetivos de uma gestão eficaz de carteira.

Nos termos da legislação em vigor aplicável aos Fundos de Pensões, o Fundo poderá recorrer a operações de empréstimos de valores por parte do Fundo ou reporte de valores mobiliários.

Os ativos que integram o património do Fundo serão predominantemente denominados em euros. Poderá, contudo, uma percentagem do Fundo estar investida em valores expressos em divisas distintas, limitada esta aos limites previstos na legislação aplicável aos Fundos de Pensões. Poderá ou não ser feita cobertura do risco cambial inerente.

Nos termos da legislação em vigor, o limite atual para investimentos não denominados em Euros é de 30%, podendo este ser excedido mediante adequada metodologia de cobertura de risco cambial, no que respeita ao excesso.

O Fundo poderá investir em valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação em mercados regulamentados, com o limite máximo de 15% do seu património.

Consideram-se como integrando a categoria anterior os valores mobiliários admitidos à negociação num mercado regulamentado, desde que não transacionados durante os trinta dias antecedentes ao dia de referência da avaliação das aplicações que compõem o património do fundo de pensões.

O Fundo poderá recorrer ao investimento em organismos de investimento coletivo harmonizados ou não, como forma de obter exposição indireta a uma ou várias classes de ativos para as quais pretenda obter exposição.

Caso o venha a fazer com recurso a organismos de investimento coletivo em valores mobiliários de índices não harmonizados, que não façam uso do efeito de alavancagem, o limite para o investimento neste tipo de instrumentos é de 20%.

Caso o venha a fazer com recurso a organismos de investimento coletivo alternativos que se enquadrem no âmbito da alínea e) do nº 1 do art. 50.º da Diretiva 2009/65/CE de 13 de julho, conforme posteriormente alterada, fá-lo á com o limite de 20%. Caso o venha a fazer com recurso a organismos de investimento coletivo alternativos não enquadráveis nos pontos anteriores, o limite para a exposição a este tipo de instrumentos é de 10% no global do Fundo, devendo, porém, ser assegurada devida dispersão, pelo que se exige, nos termos da lei em vigor que o investimento em cada um destes instrumentos não exceda 2% do património do Fundo. Os tipos de estratégias prosseguidas por este tipo de organismos incluem, sem pretensão de descrição exaustiva, real estate, arbitragem de mercado, estatística, direcionais em ações, longo e curto, índices, sectores, moedas, taxas de juro, matérias-primas, etc., estratégias de valor relativo ou hedge funds.

Quando seja investida parte do ativo do Fundo em unidades de participação de organismos de investimento coletivo geridos por sociedades do Grupo BBVA, serão estabelecidos os mecanismos necessários à desoneração do Fundo das eventuais comissões de subscrição e reembolso associadas às respetivas operações de compra e venda de Unidades de Participação naqueles fundos.

A medida de referência relativa a rentabilidade estabelecida como padrão de comparação para desempenho dos investimentos do Fundo é a TWR (time weighted rate of return), sendo a medida de risco o seu desvio padrão. O Fundo não adota qualquer benchmark de referência.

A Entidade Gestora executará uma gestão discricionária da carteira de investimentos com as limitações e restrições definidas no contrato de gestão e possuirá liberdade no que respeita à distribuição tácita da carteira e seleção dos títulos que compõem o património do Fundo. Sempre que a situação do mercado e as oportunidades de investimento o aconselhem, o Fundo poderá alterar a sua alocação de ativos e investir noutro tipo de ativos como sejam instrumentos do mercado monetário e depósitos. Neste contexto a Entidade Gestora poderá discricionariamente aumentar ou diminuir o peso de cada categoria de ativos, consoante a situação do mercado, explorando as melhores oportunidades de investimento.

A Entidade Gestora considera necessário manter uma percentagem suficiente da carteira em liquidez, para fazer face aos fluxos de caixa previstos, de modo que não tenham de se produzir vendas de ativos que desajustem a estratégia estabelecida em cada momento ou as posições contratadas. Deverá, pois, ser mantida uma posição de liquidez suficiente para fazer frente aos pagamentos de pensões, resgates e pagamento de eventuais prémios de seguro cujo calendário seja conhecido, obedecendo igualmente aos critérios definidos na lei. Para este efeito, o Fundo poderá investir em instrumentos de dívida de curto prazo, depósitos bancários e outros instrumentos monetários, podendo, contudo, igualmente fazê-lo para outros propósitos que não os anteriores em situações de mercado que aconselhem este tipo de ativos.

O Fundo está sujeito ao risco financeiro, entendido tal conceito como:

- O risco de variação de preço dos ativos que compõem a carteira, sejam estes ações, obrigações ou outros dentro de cada categoria de ativos elegível na política em vigor;
- Risco de variação de taxas de juro de curto ou longo prazo, o que se traduz no risco de reinvestimento dos fundos aplicados em cada momento;
- Risco de crédito, que decorre do risco de incumprimento por parte das empresas emitentes das obrigações detidas ou do risco de descida e valor das mesmas, por efeito de degradação da sua qualidade creditícia
- Risco de flutuações cambiais, que se traduz na possibilidade de existirem alterações, positivas ou negativas, no valor dos ativos denominados noutras moedas que não euro ou nas posições em moeda que possam existir.

Distribuição da carteira

Composição da carteira	Valor (eur)	País
Dívida pública	148.440.797	
SPGB	65.691.221	Espanha
FRTR	82.749.576	França
Outros fundos públicos e equiparados	16.379.075	Zona Euro
Obrigações dívida privada	3.025.523	Espanha
Liquidez	3.292.799	
Depósitos à ordem	7.142.693	Portugal
Outros	-99.491	Portugal
Património do Fundo	174.888.597	

Limites de exposição

Limite	Valor (Eur)	Valor (%)	Lim. Inf.	Lim. Sup.	Limite Exced.
Dívida Pública (EMU e OCDE) e Privada	167.845.395	95,97%	0,00%	100,00%	N
Limite por emitente	3.025.523	1,73%	0,00%	10,00%	N
Relação de domínio ou de grupo (BBVA SA)	7.142.693	4,08%	0,00%	10,00%	N
Relação de domínio ou de grupo (BBVA SA)	7.142.693	4,08%	0,00%	5,00%	N

Observações

Em 31 de dezembro de 2022, não se verificam divergências face à política de investimentos e face aos princípios e regras prudenciais aplicáveis aos investimentos do Fundo.



Demonstrações Financeiras

FUNDO DE PENSÕES GRUPO BBVA (PORTUGAL)
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31.12.2022

Notas	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	2022	2021
	ATIVO		
	Investimentos		
	Terrenos e edifícios	-	-
	Instrumentos de capital e unidades de participação	-	-
3	Títulos de dívida Pública	162.254.960	257.838.868
3	Outros títulos de dívida	2.994.270	3.046.080
	Empréstimos concedidos	-	-
4	Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI	7.142.693	3.443.402
	Outras aplicações	-	-
	Outros ativos		
	Devedores		
	Entidade gestora	-	-
5	Estado e outros entes públicos	56.159	56.159
	Depositários	-	-
	Associados	-	-
	Participantes e beneficiários	-	-
	Outras entidades	-	-
6	Acréscimos e diferimentos	2.596.165	2.614.924
	TOTAL ATIVOS	175.044.247	266.999.433
	PASSIVO		
	Credores		
5	Entidade gestora	(90.532)	(134.071)
	Estado e outros entes públicos	-	-
5	Depositários	(8.230)	(12.188)
	Associados	-	-
	Participantes e beneficiários	-	-
	Outras entidades	-	-
6	Acréscimos e diferimentos	(56.888)	(60.503)
	TOTAL PASSIVO	(155.650)	(206.762)
	VALOR DO FUNDO	174.888.597	266.792.671
	VALOR DA UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO	62,1337	92,9777

FUNDO DE PENSÕES GRUPO BBVA (PORTUGAL)
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31.12.2022

Notas	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2022	2021
7	Contribuições	2.049.671	210.114
7	Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	(6.583.140)	(5.913.380)
8	Ganhos líquidos dos investimentos	(92.335.719)	(30.781.870)
9	Rendimentos líquidos dos investimentos	6.026.503	5.947.107
10	Outros rendimentos e ganhos	347.949	362.990
11	Outras despesas	(1.409.338)	(1.787.434)
	Resultado líquido	(91.904.074)	(31.962.473)

FUNDO DE PENSÕES GRUPO BBVA (PORTUGAL)
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31.12.2022

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2022	2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Contribuições	2.049.671	210.114
Contribuições dos associados	1.832.365	-
Contribuições dos participantes / beneficiários	217.306	210.114
Transferências	-	-
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	(5.760.650)	(5.096.832)
Pensões pagas	(5.760.650)	(5.096.832)
Prémios únicos para aquisição de rendas vitalícias	-	-
Capitais vencidos (Remições / vencimentos)	-	-
Transferências - Para fundos de pensões	-	-
Encargos inerentes ao pagamento das pensões e subsídios por morte	(813.277)	(800.433)
Subsídios por morte	(9.213)	(16.115)
Prémios de seguros de risco de invalidez ou morte	-	-
Indemnizações resultantes de seguros contratados pelo fundo	-	-
Participação nos resultados dos contratos de seguro emitidos em nome do fundo	-	-
Reembolsos fora das situações legalmente previstas	-	-
Devolução por excesso de financiamento	-	-
Remunerações	(1.321.685)	(1.672.265)
Remunerações de gestão	(1.211.545)	(1.532.910)
Remunerações de depósito e guarda de títulos	(110.140)	(139.355)
Outros rendimentos e ganhos	347.949	368.837
Outras despesas	(138.765)	(127.312)
Fluxo de caixa líquido das actividades operacionais	(5.645.970)	(7.134.006)
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Recebimentos	9.345.261	7.269.916
Alienação / reembolso dos investimentos	3.300.000	1.328.816
Rendimentos dos investimentos	6.045.261	5.941.100
Pagamentos	-	-
Aquisição de investimentos	-	-
Comissões de transacção e mediação	-	-
Outros gastos com investimentos	-	-
Fluxo de caixa líquido das actividades de investimento	9.345.261	7.269.916
Variações de caixa e seus equivalentes	3.699.291	135.910
Efeitos de alterações da taxa de câmbio	-	-
Caixa no início do período de reporte	3.443.402	3.307.492
Caixa no fim do período de reporte	7.142.693	3.443.402



1. NOTA INTRODUTÓRIA

Em 27 de dezembro de 2013 o Fundo de Pensões Grupo BBVA (Portugal) incorporou o Fundo de Pensões Credit, em resultado da extinção deste último.

O Fundo de Pensões Grupo BBVA (Portugal) (adiante igualmente designado por “Fundo”) foi constituído em 15 de janeiro de 1993. A BBVA Fundos - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (BBVA Fundos ou Sociedade Gestora) é a entidade que assegura a gestão financeira, técnico-actuarial e administrativa do Fundo, sendo as funções de banco depositário exercidas pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. - Sucursal em Portugal (BBVA Portugal).

Em 05 de novembro de 2019, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões autorizou a alteração do contrato constitutivo do Fundo relacionada com a concretização da operação de fusão transfronteiriça por incorporação do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. com o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A., visando a posterior constituição de uma sucursal em Portugal da sociedade incorporante. Com efeitos a partir de 19 de outubro de 2018, o Associado do Fundo passou a ser o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. - Sucursal em Portugal, com sede na Av. da Liberdade, 222 em Lisboa, o qual sucedeu na esfera jurídica da sua filial em Portugal, o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A., na sequência da operação da fusão,

É um fundo de pensões fechado, e tem como objetivo financiar um plano de pensões de benefício definido, substitutivo (parcial ou totalmente) do regime de segurança social. O seu financiamento é quase integralmente feito pelo seu associado, BBVA Portugal, o qual suporta integralmente os riscos financeiros e demográficos que lhe estão inerentes.

O horizonte de investimentos do Fundo é de longo prazo. A carteira do Fundo será maioritariamente composta por obrigações de emitentes públicos e privados. A medida de referência relativa ao retorno do fundo define-se conseqüentemente como a associada a um ativo de rendimento fixo de qualidade creditícia compatível com as restrições aqui definidas para os instrumentos permitidos e possuindo este uma duração tendencialmente igual à das responsabilidades do plano de pensões, objeto de financiamento pelo Fundo, sendo medida de risco o seu desvio padrão. A composição estratégica do asset mix que compõe as carteiras dos Fundos é definida como tendencialmente igual a 100% em obrigações e outros instrumentos representativos de dívida, salvaguardadas as necessidades de liquidez dos Fundos. A Sociedade Gestora considera necessário manter uma percentagem suficiente da carteira em liquidez, para fazer face aos fluxos de caixa previstos, de modo a que não tenham de se produzir vendas de ativos que desajustem a política de investimentos estabelecida. Deverá pois ser mantida uma posição de liquidez suficiente para fazer frente aos pagamentos de pensões e eventuais prémios de seguro cujo calendário seja conhecido, obedecendo igualmente aos critérios definidos na lei. Para este efeito, o Fundo poderá investir em instrumentos de dívida de curto prazo, depósitos bancários e outros instrumentos monetários. Os fundos não assumem risco de divisa, pelo que os seus investimentos são efetuados na moeda em que as suas responsabilidades estão expressas.

O património do fundo será composto preferencialmente (com um mínimo de 50%) por obrigações emitidas por governos de países pertencentes à OCDE, admitindo-se igualmente obrigações não governamentais emitidas por entidades pertencentes a países integrantes da OCDE, entidades supra nacionais, financeiras e RMBS's. No que respeita a cada emitente não governamental, não deverá ser excedido um máximo de 5% de exposição em cada posição individual ⁽¹⁾. A notação mínima (no momento da aquisição) de qualquer instrumento financeiro para o Fundo é a de investment grade (entendida esta como a concedida por alguma das grandes agências internacionais de Rating reconhecidas internacionalmente, conforme abaixo se indica) salvo se o risco soberano do país não o for. Face ao tipo de ativos elegíveis para a carteira de investimentos dos fundos, considera-se que as ações a tomar no caso de descida de notação superveniente de algum país deverão ser coordenadas e concertadas a nível de Comitês, local ou global, sendo adotada a posição deles dimanada aquando da venda ou manutenção desses ativos em carteira. Incumprimentos de rating não supervenientes a downgrades de notação de país devem ser imediatamente corrigidos por meio de venda do ativo em causa, com a maior brevidade possível. O rating médio mínimo da carteira de obrigações, calculado segundo os procedimentos de controlo de riscos que se encontram estabelecidos será igualmente o de investment grade, salvo se o risco soberano do país não o for. São consideradas inferiores a investment grade as que obtenham classificação inferior a BBB- segundo a agência S&P ou Baa3 segundo a Moody's.

Com a única exceção acima prevista, não são permitidos produtos estruturados e aqueles investimentos em ativos que apesar de poderem estar cotados em mercados regulados e enquadrados genericamente como de renda fixa, incorporam alavancagem implícita na sua estrutura como por exemplo - e sem pretensão de descrição exhaustiva - poderiam ser os intervalos intermédios e juniores das operações de financiamento estruturada (ABS's, obrigações hipotecárias, etc). Não são permitidos investimentos alternativos, entendendo-se como tal os ativos não tradicionais como Private Equity, Hedge Funds e Imobiliário. Neste ultimo caso, a proibição aplica-se seja em relação a investimento direto em terrenos e edifícios ou através de investimento em unidades de participação em fundos de investimento. Atualmente e até à próxima revisão da política de investimento, não estão previstas quaisquer operações de empréstimo de valores. Os investimentos do Fundo enquadrar-se-ão ainda dentro dos limites dos Marcos de Credito do Grupo BBVA, devendo adaptar-se ao que naqueles documentos e sua revisão regular vier a ser definido quanto a prazos e limites.

Será estabelecido um controle ao diferencial de duração da carteira dos Fundos/suas responsabilidades. Serão estabelecidos 3 intervalos de respetivamente 1 a 5 anos, 5 anos a 15 e mais de 15 anos para o diferencial de duração ativo/passivo. Permite-se uma variação total e a cada um dos intervalos considerados de 10% da duração do passivo, salvo se o Associado decida em contrário em função das circunstâncias de mercado, daí resultando eventualmente um diferencial superior, quer de cada um dos intervalos quer em termos globais.

A carteira do Fundo poderá incluir posições em futuros e opções em mercados organizados, compras de obrigações com compromisso de revenda assim como fundos de investimento cujos ativos sejam maioritariamente compostos por obrigações como meio de alcançar a desejada exposição aos mercados de taxas de juro e crédito. Os Fundos poderão nos termos da legislação em vigor operar com instrumentos derivados para efeitos de cobertura. Os referidos instrumentos poderão ser contratados em mercados regulamentados ou não, neste ultimo caso em situações excecionais e obedecendo às restrições indicadas neste parágrafo. Os instrumentos derivados permitidos são os seguintes: Futuros e opções padronizadas ou não sobre taxas de câmbio, taxas de juro, swaps cambiais e compras e vendas a prazo de divisas. As operações com derivados não deverão em qualquer caso alterar a política de investimentos definida, os mercados elegíveis ou a duração da carteira de renda fixa, exceto neste ultimo caso quando necessário para cumprir os requisitos de ajustamento de duração previstos acima. No caso de estarem envolvidas operações OTC, a contraparte deverá apresentar uma notação de rating mínimo de A3/A- e qualquer operação nestas condições deverá sempre ser precedida de autorização prévia do Comité de pensões neste sentido.

⁽¹⁾ No que se refere ao limite de 5% por emitente quando não governamental, admite-se o aumento deste valor para 10%, quando tal exposição resultar de forma superveniente por qualquer fator externo, do qual se salienta a titulo de exemplo a transferência de responsabilidades operada com a publicação do DL 127/2011 de 31 de dezembro.

1.1. Risco

A BBVA Fundos, no âmbito da sua função de gestão, tem devidamente implementadas medidas de controlo e de avaliação de risco:

- Possui procedimentos transversais de controlo de preços e sistemas de valorização de ativos e de carteiras;
- Monitoriza diariamente os desvios face aos limites estratégicos definidos, bem como aos rácios legais de investimento e diversificação;
- Avalia numa base regular o risco de crédito dos fundos, segmentando as carteiras por sector, emissor, rating e duração;
- Calcula, quando aplicável, a perda esperada das carteiras referentes ao risco de mercado;
- Gere os fundos de benefício definido numa base de controlo de duração, assegurando consistência com critérios corporativos de gestão de risco deste tipo de fundos;
- Efetua testes aos parâmetros biométricos dos fundos de benefício definido de forma a estimar os riscos de longevidade que lhes estão subjacentes;
- Avalia, mede e monitoriza o risco operacional da sua atividade, de acordo com modelo do Grupo BBVA;

- Possui as suas atividades devidamente documentadas, mapeando os riscos e controles que lhe estão associados, assegurando igualmente coerência com o modelo de controlo interno estabelecido para o Grupo BBVA.

A BBVA Fundos tem os seus procedimentos de gestão de riscos e controlo interno alinhados com os requisitos da Norma 8/2009-R de 4 de junho da ASF que vem regulamentar os “Mecanismos de Governança no âmbito dos fundos de pensões no que respeita à gestão de riscos e controlo interno”.

Assim, para a integral implementação desta norma, nas áreas em que a BBVA Fundos se suporta nas funções chave desenvolvidas centralmente ou corporativas do BBVA, foram desenvolvidas as devidas articulações no sentido de definir e estabelecer metodologias e métricas de risco quer da Sociedade Gestora quer dos fundos de pensões.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Fundo, mantidos de acordo com o estabelecido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, na Norma Regulamentar nº 7/2010-R, de 4 de junho.

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora procedeu à avaliação da capacidade do Fundo para operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração da Sociedade Gestora concluiu que o Fundo dispõe de recursos próprios adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Especialização de exercícios

O Fundo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

As contribuições do Associado e dos Participantes são reconhecidas como proveitos quando recebidas.

b) Carteira de títulos

Nos termos da Norma Regulamentar nº 9/2007-R, de 28 de junho, os títulos em carteira são avaliados ao seu justo valor, de acordo com as seguintes regras:

- i) Os valores mobiliários admitidos à cotação ou à negociação em mercados regulamentados são valorizados diariamente, com base no preço de fecho desses mercados do dia a que se reporta a valorização da carteira do Fundo. Para os ativos admitidos à cotação em mais do que uma bolsa ou mercado regulamentado, é utilizado o preço de fecho do dia a que se reporta a valorização, do mercado que apresenta maior liquidez, frequência e regularidade de transações. Os valores mobiliários que embora admitidos à negociação, não tenham sido transacionados durante os últimos trinta dias, são equiparados a valores não cotados para efeitos de valorização.
- ii) Os valores representativos de dívida não cotados, ou cujas cotações não sejam consideradas pela Sociedade Gestora como representativas do seu presumível valor de realização, são valorizados diariamente com base nas cotações fornecidas nos

sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg e a Reuters. Relativamente ao sistema Bloomberg são utilizados os preços que no entendimento da Sociedade Gestora refletem de forma mais adequada o presumível valor de realização de cada ativo, podendo ser utilizado o valor “Generic Bloomberg” ou preços divulgados por outros contribuidores. A Sociedade Gestora adota critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, com a Sociedade Gestora. Alternativamente poderão ser utilizados modelos teóricos de avaliação de obrigações.

As mais e menos - valias potenciais resultantes da avaliação de aplicações refletidas na demonstração dos resultados, correspondem à evolução do valor dos títulos durante o exercício ou após a data da sua aquisição, no caso de títulos adquiridos no ano. O valor de balanço dos títulos que transita para o exercício seguinte corresponde ao custo de aquisição corrigido pelas mais e menos - valias potenciais geradas após a sua aquisição.

As mais e menos - valias realizadas resultantes da alienação/reembolso de aplicações são determinadas face ao valor de balanço dos títulos no início do ano, ou face ao seu custo de aquisição, no caso de terem sido adquiridos durante o exercício.

c) Comissão de gestão

Esta comissão corresponde à remuneração da Sociedade Gestora pela sua atividade de gestão do património do Fundo, sendo calculada, diariamente, por aplicação de uma taxa anual de 0,55% ao valor do Fundo, sendo a sua liquidação efetuada mensalmente. A comissão é registada na demonstração dos resultados na rubrica “Outras despesas” (Nota 11).

d) Comissão de depósito

Esta comissão corresponde à remuneração do BBVA Portugal pelo exercício das funções de banco depositário dos títulos de crédito e de outros documentos representativos dos valores que integram a carteira do Fundo. A comissão é calculada diariamente, por aplicação de uma taxa anual de 0,05% ao valor do Fundo, sendo a sua liquidação efetuada mensalmente. A comissão é registada na demonstração dos resultados na rubrica “Outras despesas” (Nota 11).

e) Outras comissões

De acordo com o regulamento de gestão é cobrada ao Associado uma comissão de 1% sobre o valor das contribuições efetuadas. Esta comissão reverte a favor da Sociedade Gestora.

f) Contribuições

No contrato de gestão, inicialmente celebrado em 15 de janeiro de 1993, com as sucessivas alterações, entre os Associados e a Sociedade Gestora, estão previstas contribuições anuais pelos Associados, cujo valor será determinado mediante estudo atuarial das responsabilidades de cada Associado, podendo ser fracionado o seu pagamento.

As contribuições efetuadas têm por objetivo a cobertura das responsabilidades com benefícios a empregados, reconhecidas pelos Associados de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 - Benefícios dos Empregados, com as adaptações previstas nos Avisos do Banco de Portugal nº 4/2005, de 21 de fevereiro e nº 12/2005, de 22 de Dezembro. As contribuições são registadas como proveitos do Fundo concorrendo para a formação do resultado do exercício.

g) Impostos

De acordo com o disposto no Artigo 16º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os rendimentos dos fundos de pensões e equiparáveis, constituídos de acordo com a legislação nacional, estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, bem como de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis.

h) Seguros

O Fundo é beneficiário de uma apólice de rendas vitalícias contratada com a seguradora Una Seguros de Vida, S.A., a qual garante o pagamento das pensões de uma parte dos beneficiários do Fundo. De acordo com o relatório do atuário responsável da Sociedade Gestora, em 31 de dezembro de 2022 o valor atual da apólice de rendas vitalícias ascende a 2.256.305 Euros. Este valor não se encontra refletido nas demonstrações financeiras.

3. CARTEIRA DE TÍTULOS

A carteira de títulos do Fundo tem a seguinte composição:

(Montantes expressos em Euros)					
2022					
Descrição dos Títulos	Valor inicial	Mais / (menos) valias	Valor final	Juros corridos	Total
OBRIGAÇÕES DE DÍVIDA PÚBLICA					
Obrigações da administração central					
FRTR 4% 20550425	70.439.517	(28.154.097)	42.285.420	1.025.480	43.310.900
FRTR 4.5% 20410425	56.762.040	(18.346.652)	38.415.388	1.023.288	39.438.676
SPGB 5.15% 31102044	18.000.100	(6.181.100)	11.819.000	86.069	11.905.069
SPGB 1.95% 30072030	1.132.900	(226.940)	905.960	8.227	914.187
SPGB 2.9% 31102046	18.886.840	(6.976.900)	11.909.940	67.852	11.977.792
SPGB 2.7% 31102048	66.074.904	(25.408.152)	40.666.752	227.421	40.894.173
	231.296.301	(85.293.841)	146.002.460	2.438.337	148.440.797
Obrigações supranacionais					
EIB 4% 2037	23.212.967	(6.960.467)	16.252.500	126.575	16.379.075
	23.212.967	(6.960.467)	16.252.500	126.575	16.379.075
	254.509.268	(92.254.308)	162.254.960	2.564.912	164.819.872
OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS					
Obrigações de empresas					
IBESM 1.125 27012023	3.046.080	(51.810)	2.994.270	31.253	3.025.523
	3.046.080	(51.810)	2.994.270	31.253	3.025.523
	257.555.348	(92.306.118)	165.249.230	2.596.165	167.845.395

Estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2022	2021
Obrigações de dívida pública	162.254.960	257.838.868
Obrigações de empresas	2.994.270	3.046.080
	165.249.230	260.884.948

O valor inicial dos títulos corresponde ao seu custo de aquisição, no caso de terem sido comprados ao longo do ano de 2022, ou ao seu valor de balanço em 31 de dezembro de 2021, no que se refere aos títulos adquiridos em exercícios anteriores.

4. NUMERÁRIO, DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E APLICAÇÕES MMI

Esta rubrica corresponde a depósitos à ordem domiciliados no BBVA Portugal.

	2022	2021
Depósitos à ordem no BBVA Portugal	7.142.693	3.443.402
	7.142.693	3.443.402

No decorrer do exercício de 2022, os depósitos à ordem não foram remunerados.

5. DEVEDORES E CREDORES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2022	2021
Devedores		
Estado e outros entes públicos	56.159	56.159
	56.159	56.159
Credores		
Sociedade gestora (comissão de gestão)	90.532	134.071
BBVA Portugal (comissão de depósito)	8.230	12.188
	98.762	146.259

O saldo a receber na rubrica “Estado e outros entes públicos” diz respeito a retenções de rendimentos realizadas ao Fundo de Pensões indevidamente e que estão a aguardar o respetivo reembolso.

6. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2022	2021
Ativo		
Juros a receber		
Obrigações de dívida pública (Nota 3)	2.564.912	2.583.578
Obrigações de empresas (Nota 3)	31.253	31.346
	2.596.165	2.614.924
Passivo		
Encargos com auditoria	23.678	23.502
Encargos com consultadoria e actuário externo	33.210	37.001
	56.888	60.503

7. VALOR DO FUNDO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Saldo inicial	266.792.671	298.755.144
Contribuições	2.049.671	210.114
Pensões e capitais vencidos	(6.583.140)	(5.913.380)
Rendimentos líquidos dos investimentos (Nota 9)	6.026.503	5.947.107
Mais-valias realizadas, líquidas de menos-valias (Nota 8)	(29.601)	-
Mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias (Nota 8)	(92.306.118)	(30.781.870)
Outros rendimentos e ganhos (Nota 10)	347.949	362.990
Comissão de gestão e depósito (Nota 11)	(1.276.014)	(1.660.431)
Impostos (Nota 11)	(51.041)	(66.417)
Outras despesas (Nota 11)	(82.283)	(60.586)
Saldo final	174.888.597	266.792.671

As pensões e capitais vencidos têm a seguinte composição:

	2022	2021
Pensões e capitais vencidos		
Pensões pagas	5.760.650	5.096.832
Remições	9.213	16.115
Encargos inerentes ao pagamentos das pensões	813.277	800.433
	6.583.140	5.913.380

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o número de participantes e beneficiários do Fundo era o seguinte:

	2022	2021
Participantes	323	345
Beneficiários	845	834
	1.168	1.179

O movimento ocorrido no número de unidades de participação do Fundo durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi como se segue:

	2022	2021
Saldo inicial	2.869.425	2.925.483
Contribuições	31.437	2.204
Pensões e capitais vencidos	(86.148)	(58.262)
Saldo final	2.814.714	2.869.425

Durante o exercício de 2020 foi publicada a Lei n.º 27/2020, de 23 de julho, que aprova o novo regime jurídico da constituição e do funcionamento dos fundos de pensões e das entidades gestoras de fundos de pensões, transpondo a Diretiva (UE) 2016/2341 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2016. Conforme disposto no referido regime jurídico, o Valor Líquido Global do Fundo foi a partir do exercício de 2020 dividido em unidades de participação representativas do património do Fundo.

8. GANHOS LÍQUIDOS DOS INVESTIMENTOS

Estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2022						
	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Sub-total	Ganhos potenciais	Perdas potenciais	Sub-total	Resultados líquidos
Títulos de dívida							
Obrigações de dívida pública	-	(29.601)	(29.601)	-	(92.254.308)	(92.254.308)	(92.283.909)
Outros Emissores	-	-	-	-	(51.810)	(51.810)	(51.810)
	-	(29.601)	(29.601)	-	(92.306.118)	(92.306.118)	(92.335.719)
	-	(29.601)	(29.601)	-	(92.306.118)	(92.306.118)	(92.335.719)

	2021						
	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Sub-total	Ganhos potenciais	Perdas potenciais	Sub-total	Resultados líquidos
Títulos de dívida							
Obrigações de dívida pública	-	-	-	-	(30.745.807)	(30.745.807)	(30.745.807)
Outros Emissores	-	-	-	-	(36.063)	(36.063)	(36.063)
	-	-	-	-	(30.781.870)	(30.781.870)	(30.781.870)
	-	-	-	-	(30.781.870)	(30.781.870)	(30.781.870)

9. RENDIMENTOS LÍQUIDOS DOS INVESTIMENTOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Rendimentos de títulos de dívida		
Obrigações de dívida pública	5.888.683	5.907.350
Obrigações de empresas	33.658	33.743
Unidades de participação	104.162	6.014
	6.026.503	5.947.107

10. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

	2022	2021
Rendas da apólice de rendas vitalícias - Una Seguros de Vida	347.949	362.990
	347.949	362.990

11. OUTRAS DESPESAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Comissão de gestão	1.169.680	1.522.062
Comissão de depósito	106.334	138.369
Imposto do selo	51.041	66.417
Custos de auditoria	49.074	23.502
Custos de consultadoria	33.109	37.001
Custos reportes legais	100	83
	1.409.338	1.787.434

12. RISCOS ASSOCIADOS À CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

- Risco de Mercado: é o risco de a carteira incorrer numa perda como consequência de variações ou movimentos adversos dos mercados financeiros, com impacto sobre o valor de mercado dos ativos que a compõem. Vários fatores contribuem para o risco de mercado, nomeadamente:
 - Risco de Equity: É o risco de incorrer numa perda devido à incerteza gerada pela volatilidade nos preços, especialmente das ações.
 - Risco de Taxa de Juro: É a possibilidade de incorrer numa perda devido a movimentos adversos das curvas de taxas de juro, que afetam o valor de mercado dos ativos de renda fixa (obrigações) existentes em carteira. O impacto destes movimentos será dependente tanto do sentido do movimento como do posicionamento da carteira em termos de duração.
 - Risco de Taxa de Câmbio: É a possibilidade de incorrer numa perda devido a variações adversas das taxas de câmbio, nos casos em que a carteira conte com investimentos em divisa diferente da de denominação do fundo (EUR, neste caso).
 - Risco de Correlações: É o risco de incorrer numa perda devido a alteração das correlações entre os ativos da carteira. A boa diversificação da carteira de investimentos é um importante instrumento de mitigação do risco de mercado, e exige que se tomem em consideração as correlações existentes entre os diferentes ativos que a compõem; se esta estrutura de correlações se altera, pode afetar as coberturas e a diversificação, aumentando o impacto das perdas.
- Risco de Emitente: É a possível perda em que pode incorrer uma carteira como consequência de que o emitente de um instrumento de renda fixa (obrigação) não seja capaz de cumprir os pagamentos associados ao referido instrumento, bem como a perda de valor associada à deterioração da sua qualidade creditícia ou perceção externa da mesma.
- Risco de Liquidez: Trata-se do risco de incorrer em perdas associadas à impossibilidade de desfazer (liquidar) os investimentos nos vários ativos integrantes da carteira no tempo esperado, ou ao preço a que as posições estão avaliadas, como consequência da falta de profundidade de mercado sobre os ditos ativos.
- Risco de Contraparte: É o risco de a contraparte numa transação, crédito ou investimento não cumprir com a sua parte do negócio e entrar em incumprimento das suas obrigações contratuais. No Grupo BBVA são englobados neste risco, em sentido amplo, as seguintes situações:
 - Risco de contado ou liquidação (também conhecido como *settlement*): É o risco de incumprimento de pagamentos no momento do intercâmbio de ativos que, ao contratar-se, tinham um valor equivalente.

- Risco de contraparte: É o risco de que a contraparte possa incorrer num incumprimento antes da liquidação definitiva dos fluxos de caixa de uma das seguintes tipologias de operações, quando aplicável:
 - Instrumentos derivados,
 - Operações com liquidações diferidas,
 - Operações com compromisso de recompra
 - Operações de empréstimo de valores ou matérias-primas.

Políticas e procedimentos de gestão de riscos

A gestão de riscos é uma atividade central em todas as entidades do Grupo BBVA, e está orientada por políticas e metodologias corporativas que, tirando partido da capacidade técnica de áreas globais especializadas, garantem a independência relativamente às áreas de gestão de investimentos e asseguram a quantificação e monitorização dos diversos fatores de risco relevantes para as carteiras geridas, fomentando a transparência desta informação junto dos órgãos de administração e das equipas gestoras.

Principais métricas utilizadas

Risco de mercado:

Perda Potencial Máxima (*Value at Risk* ou *VaR*): o *VaR* é uma estatística que, com um determinado nível de confiança, estima a perda máxima que uma carteira de investimentos pode ter num determinado período, tendo em consideração os ativos que a constituem, as suas volatilidades e a correlação entre eles.

O *VaR* da carteira para o período de 1 mês é calculado diariamente com um intervalo de confiança de 95%. Os cálculos são realizados no sistema *RiskMetrics*, distribuído pela MSCI, seguindo as metodologias originalmente introduzidas pela J. P. Morgan.

Testes de *stress*: os testes de *stress* pretendem estudar uma série de eventos de baixa probabilidade que se encontram fora da capacidade de previsão de um modelo estatístico. A ideia subjacente é *stressar* as variáveis chave e analisar o impacto que estas teriam na valorização da carteira; este exercício passa, primeiramente, pela criação de cenários de *stress* credíveis definidos em termos de fatores de risco que exponham as debilidades potenciais de uma carteira em condições particulares de mercado, para em seguida realizar uma reavaliação da carteira assumindo a concretização dessas condições de mercado, e calcular os ganhos/perdas como a diferença entre o valor presente da carteira e o valor teórico resultante dos cenários.

Consideram-se essencialmente 2 cenários de *stress*:

- Black Monday, que pretende analisar o comportamento da carteira num cenário semelhante ao ocorrido na famosa Segunda-feira negra de 1987 através da variação dos seguintes fatores de risco:
 - U.S. - S&P 500: -27,18%
 - Germany - DAX: -13,2%
 - France - CAC 40: -12,46%
 - U.K. - FTSE 100: -17,01%
 - Japan - Nikkei 225: -23,24%
 - Norway - OSE Bench Index: -28,85%
 - USD Govt 1M: -8,285%
 - USD Govt 3M: -8,285%
 - USD Govt 12M: -8,285%
 - USD Govt 24M: -8,285%
 - USD Govt 60M: -8,285%
 - USD Govt 120M: -8,285%
 - Canadian Dollar: -1%
 - British Pound: 0,46%
 - Swiss Franc: 0,57%
 - Japanese Yen: -0,1%

- Australian Dollar: -1,04%
- Crise da Zona Euro, por variação dos seguintes fatores de risco:
 - DEM Govt 24M: +0,5%
 - ITL Govt 24M: +10%
 - Euro: -10%
 - Euro STOXX – Banks Index: -20%
 - Euro STOXX 50 Index: -15%
 - Greek – ATG: -20%

As variações hipotéticas do valor da carteira para 5 dias nestes cenários de *stress* são calculadas diariamente, também através do sistema *RiskMetrics*.

Risco de emitente:

A métrica utilizada para o controlo do risco de emitente é o *rating*, que estabelece uma opinião qualificada sobre a qualidade de um devedor em geral ou de uma dívida ou obrigação financeira em particular. O *rating* pode, portanto, ser assignado a uma emissão em particular ou a uma entidade (corporação, entidade pública, governo ou inclusivamente um indivíduo) no seu conjunto. A área de gestão de ativos do Grupo BBVA dispõe de uma metodologia interna para a atribuição de um *rating* a cada instrumento de dívida, baseando-se nas notações das agências *Moody's*, *Fitch* e *Standard & Poor's*:

- No caso de uma entidade ter *rating* publicado apenas por uma destas agências, considera-se esse *rating*;
- Se apenas duas dessas agências publicam *rating*, e se estes são diferentes, considera-se aquele que seja pior;
- Se as três agências ou apenas duas delas publicam o mesmo *rating*, será esse o considerado;
- Se as três agências publicam *rating* e estes são distintos, calcula-se um *rating* médio resultante da probabilidade média dos 3 *ratings*; nesse cálculo recorre-se a uma tabela de probabilidades de incumprimento (*default*) e de equivalências entre as notações das diferentes agências.

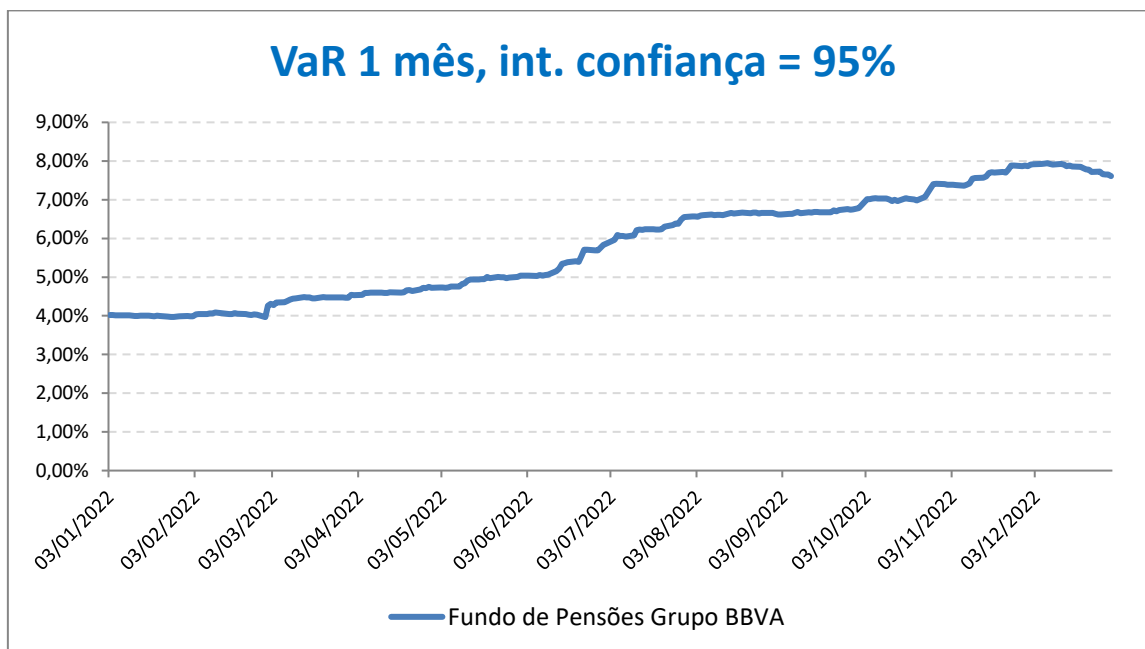
É igualmente possível, recorrendo a um algoritmo próprio, calcular um *rating* médio dos ativos de renda fixa da carteira.

Risco de liquidez:

O Horizonte de Liquidação aplicável a uma carteira é o número de dias necessário para desfazer as nossas posições sem assumir graves deteriorações ao nível de preço dos ativos. A estimação deste horizonte implica o cálculo da liquidez de cada instrumento pertencente à carteira, tendo em conta uma série de indicadores que, de forma independente, mostram a maior ou menor profundidade de mercado de cada um.

Evolução do VaR durante 2022

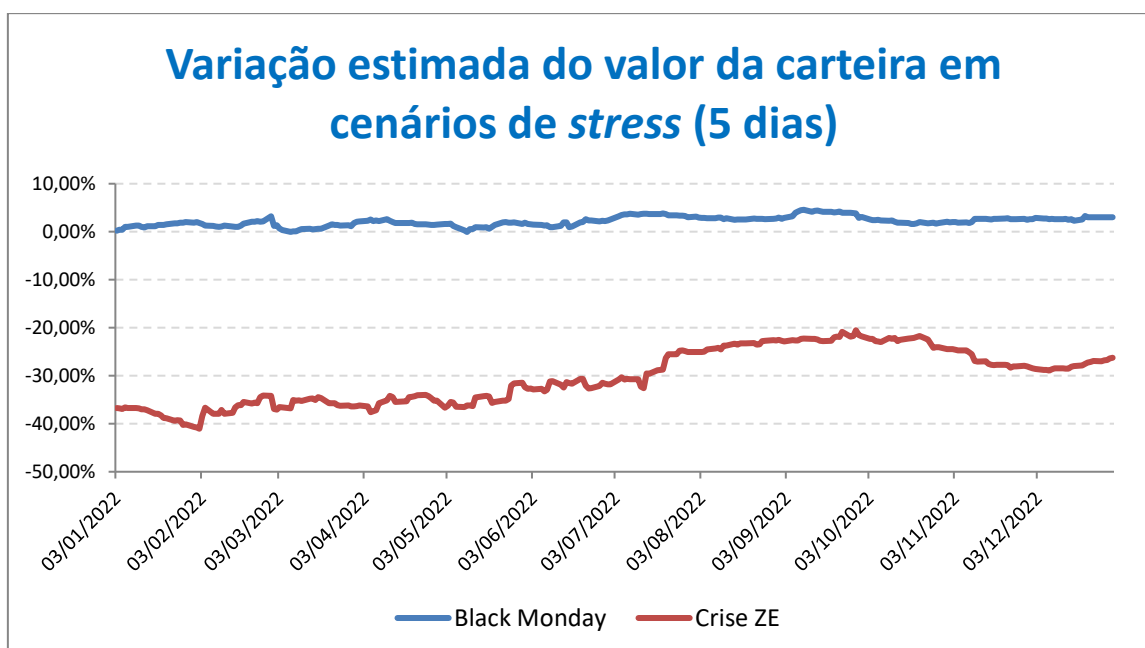
A perda potencial máxima (*VaR*) a 1 mês, para um intervalo de confiança de 95%, evoluiu ao longo do ano conforme o gráfico seguinte:



A perda potencial máxima oscilou entre os 3,97% e os 7,94%, com um valor médio anual de 5,80% do valor líquido global do fundo. A 31 de Dezembro de 2022 estimava-se uma perda potencial máxima da carteira do fundo, para 95% de confiança, de 7,61%.

Evolução da estimativa de variação do valor da carteira a 5 dias em cenários de *stress*

Ao longo do ano de 2022 foi realizado o seguimento das estimativas de variação do valor da carteira a 5 dias nos cenários hipotéticos de baixa probabilidade designados por *Black Monday* e *Crise Zona Euro*, tendo-se observado a seguinte evolução:



Rating mínimo e médio da carteira

A 31 de dezembro de 2022 a carteira de renda fixa apresentava um *rating* médio da A+. De entre os ativos em carteira, o menor *rating* observado era de BBB+.

Horizonte de liquidação da carteira

O horizonte de liquidação da carteira descreve, em horizontes temporais definidos, a capacidade de realização de liquidez do Fundo para fazer face aos seus compromissos, expressa em percentagem do valor líquido global do Fundo. A 31 de dezembro de 2022, observava-se o seguinte perfil, denotando uma elevada liquidez dos ativos em carteira:

Liquidez		Acumulada	
1 dia	1 a 7 dias	1 dia	1 a 7 dias
4,03%	95,97%	4,03%	100,00%

13. OUTROS ASSUNTOS

Em março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde a pandemia resultante da disseminação do novo coronavírus (“COVID-19”). Esta situação e a sua evolução tiveram impactos significativos na envolvente económica global e, conseqüentemente, no valor de mercado dos ativos do Fundo.

Em conformidade com as regras definidas pelo Governo Português, a Sociedade Gestora implementou um conjunto de medidas para assegurar a prossecução das suas atividades, nomeadamente o teletrabalho (para todos os seus colaboradores em simultâneo ou em regime rotativo) e a adaptação das suas instalações para possibilitar a execução em segurança das tarefas que requeressem a presença física dos colaboradores. Neste contexto, a atividade da Sociedade Gestora continuou a ser assegurada sem constrangimentos que pudessem impedir a realização das atividades necessárias ao normal funcionamento do Fundo.

Durante os exercícios de 2022 e 2021, para além das variações ocorridas no valor de mercado dos ativos do Fundo (Nota 3), não se verificaram impactos quantificáveis nas demonstrações financeiras do Fundo resultantes da situação de pandemia.

Por outro lado, em 24 de fevereiro de 2022 teve início uma operação militar realizada pela Federação Russa, que envolveu a invasão do território da Ucrânia, na sequência da qual vários países adotaram sanções económicas contra a Federação Russa que incluem, entre outros, a proibição de realizar transações ou transferências com entidades sediadas na Federação Russa e na Bielorrússia assim como com um conjunto de entidades identificadas nas referidas sanções. Neste contexto, a BBVA Fundos procedeu a uma avaliação das implicações que esta situação poderá ter na atividade do Fundo, tendo concluído que, para além das variações ocorridas no valor de mercado dos ativos do Fundo, não se identificam impactos quantificáveis nas demonstrações financeiras do Fundo resultantes desta situação.

A extensão e o grau de severidade dos potenciais impactos indiretos futuros gerados pela invasão da Ucrânia, nomeadamente no que diz respeito ao impacto na economia e nos associados do Fundo resultante de efeitos como a subida de preços em diferentes áreas como a energia e os produtos alimentares, não são ainda determináveis.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos das demonstrações financeiras do Fundo não incluem estimativas ou pressupostos que sejam significativamente afetados pela situação de pandemia, pela guerra na Ucrânia e pela incerteza sobre a evolução futura destas situações.

Com base em toda a informação disponível à data, o Conselho de Administração da Sociedade Gestora considera que se mantém adequado o pressuposto da continuidade das operações utilizado na preparação das demonstrações financeiras do Fundo em 31 de dezembro de 2022.

14. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não se identificaram eventos subsequentes com impacto relevante nas demonstrações financeiras do Fundo em 31 de dezembro de 2022.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

(Montantes expressos em euros)

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Pensões Grupo BBVA (Portugal) (“Fundo”), gerido pela BBVA Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“Sociedade Gestora”), que compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total do ativo de 175.044.247 euros e um valor do Fundo de 174.888.597 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 91.904.074 euros), as Demonstrações de Resultados e dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Fundo de Pensões Grupo BBVA (Portugal) em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Pensões, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

PA



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, conseqüentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NUIT e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bóm Sucesso Trade Center, Praça do Bóm Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, face ao nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, mas não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
--	---

Valorização da carteira de títulos (Notas 2.b) e 3)

<p>A carteira de títulos do Fundo em 31 de dezembro de 2022, que inclui títulos de dívida pública e outros títulos de dívida, ascende a 165.249.230 euros, conforme detalhado na Nota 3 do Anexo às demonstrações financeiras, e representa cerca de 94% do total do ativo, sendo a sua mensuração efetuada com base nas políticas contabilísticas apresentadas na Nota 2.b) desse Anexo.</p> <p>A valorização dos instrumentos financeiros incluídos na carteira de títulos do Fundo deve ser efetuada de acordo com o estabelecido na Norma Regulamentar n.º 9/2007- R, de 28 de junho, emitida pela ASF, a qual requer que os ativos que compõem o património dos fundos de pensões sejam avaliados ao seu justo valor.</p> <p>Neste enquadramento regulamentar, a valorização da carteira de títulos requer a aplicação de julgamentos pelo Conselho de Administração da Sociedade Gestora na definição das fontes de valorização a considerar para cada instrumento.</p> <p>Tendo em conta os fatores descritos acima relativamente à dimensão e à relevância da carteira de títulos na atividade do Fundo, bem como a necessidade da utilização de julgamentos, a valorização da carteira de títulos foi definida como uma matéria relevante para a nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria para dar resposta aos riscos de distorção material identificados incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise dos procedimentos de controlo interno implementados pela Sociedade Gestora considerados relevantes no processo de valorização da carteira de títulos e da sua adequação face aos riscos que visam mitigar; • Análise da reconciliação entre o detalhe da carteira de títulos do Fundo em 31 de dezembro de 2022 e os respetivos saldos contabilísticos; • Análise da razoabilidade dos preços utilizados pela Sociedade Gestora para a valorização dos títulos em carteira em 31 de dezembro de 2022, incluindo o teste aos preços considerados pela Sociedade Gestora; • Recálculo da valorização dos títulos, considerando os preços utilizados pela Sociedade Gestora; • Revisão das divulgações constantes das demonstrações financeiras relacionadas com a valorização da carteira de títulos, tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.
--	---

PA

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização da Sociedade Gestora pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Sociedade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Pensões, estabelecidos pela ASF;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Fundo se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Sociedade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não se detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não se detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou desrespeito do controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade Gestora;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

PA

- concluímos sobre se o uso pelo órgão de gestão da Sociedade Gestora do pressuposto da continuidade foi apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe alguma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Sociedade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Sociedade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização da Sociedade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 11.º da Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de junho, emitida pela ASF, somos de parecer que, para os aspetos materiais, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação financeira nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento do Fundo, não identificámos incorreções materiais.

PA

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores do Fundo de Pensões Grupo BBVA (Portugal) pelo órgão de gestão da Sociedade Gestora pela primeira vez em 2018 para um mandato compreendido entre 2018 e 2020. Em reunião do órgão de gestão da Sociedade Gestora de 3 de novembro de 2021 fomos nomeados para um segundo mandato compreendido entre 2021 e 2023;
- O órgão de gestão da Sociedade Gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Sociedade Gestora nesta mesma data;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do anterior artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, entretanto revogado, e do artigo 5.º, número 1, do Regulamento (UE) n.º 537/2014, e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo durante a realização da auditoria;
- Informamos que, para além da auditoria, prestámos ao Fundo os seguintes serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor:
 - Exame simplificado dos elementos financeiros e estatísticos do Fundo relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, preparados pela Sociedade Gestora para efeitos de supervisão prudencial, de acordo com o previsto na Norma Regulamentar nº 11/2020-R, de 3 de novembro, emitida pela ASF.

Lisboa, 5 de abril de 2023



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes, ROC
Registo na OROC n.º 1610
Registo na CMVM n.º 20161220